

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: PRECARIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA E O INCENTIVO À EAD

Dalila Otilia Sales Santos de Araújo

dalilasales1@gmail.com

Autarquia Educacional do Belo Jardim- AEB

RESUMO

O artigo resulta de um estudo feito no ano de 2019 como trabalho de conclusão de curso da pós-graduação em gestão educacional e coordenação pedagógica, abordando o processo de expansão do ensino superior no Brasil, fazendo relação entre Instituições de Ensino (IES), públicas, privadas, bem como a Modalidade de Ensino à Distância (EAD). Para compreender o processo evolutivo das IES no Brasil é necessário compreender a implantação do projeto neoliberal ao qual estamos submetidos, bem como seus impactos para com as políticas sociais e as políticas da educação Brasileira. Diante disso, buscou-se compreender o desmonte e precarização das Universidades Públicas, analisando o investimento e incentivo do Estado em Universidades Privadas por meio de bolsas de estudo na modalidade a distância ao passo que privatiza a universidade pública. Trata-se de uma revisão bibliográfica, classificada como pesquisa qualitativa. Quanto aos métodos de análise, optamos pela análise de conteúdo de Bardin (2016), a qual foi realizado um estudo a respeito do tema, passando por uma seleção dos conteúdos relevantes ao objetivo da pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade pública. Expansão do ensino Superior. Educação à Distância.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a analisar o processo de desmonte da universidade pública no Brasil, buscando compreender os impactos desse processo em relação as políticas sociais, bem como os interesses do Estado em privatizar a universidade pública, relacionando essa conjuntura com a atual expansão da Educação a Distância - EAD e o incentivo do Estado em relação a esta modalidade de ensino.

O interesse pelo tema surgiu a partir das mudanças de políticas governamentais e estruturais significativas as quais o Brasil vem passando nos últimos anos. É notório que o país tem passado por um retrocesso significativo ao que se diz respeito às políticas sociais e os direitos básicos conquistados pela sociedade. Setores voltados a sociedade como é o caso da saúde, cultura e educação são os que mais sofrem com as mudanças, como é o caso da educação superior, que se encontra fortemente ameaçadas pelo projeto neoliberal.

Diante disso, tem como inquietação a busca por compreender quais os interesses do Estado em privatizar a universidade pública e a relação disso com o incentivo à graduação por meio da EAD?

Não temos como pretensão esgotar as discussões a respeito do tema nem tão pouco responder a todas as inquietações, uma vez que a pesquisa tem por intuito instigar a curiosidade e a busca por novos e mais aprofundados conhecimentos. Com isso, espera-se que esta pesquisa traga contribuições significativas para o campo das políticas públicas da educação superior pública e privada na modalidade EAD.

Temos como objetivo geral: Compreender o desmonte e precarização das Universidades Públicas, analisando o investimento e incentivo do Estado em Universidades Privadas por meio de bolsas de estudo na modalidade a distância ao passo que privatiza a universidade pública.

Para atender tal objetivo, traçamos os seguintes objetivos específicos: ^{a)} Analisar o processo de evolução da Universidade Pública; ^{b)} investigar o contexto histórico da educação enquanto direito social dialogando com a atual conjuntura; ^{c)} Identificar aspectos relevantes no ensino superior na EAD, relacionando-os a Universidade Pública.

O presente artigo, trata-se uma pesquisa de natureza Teórico-conceitual, a qual busca alcançar o objetivo da pesquisa por meio das fontes bibliográficas existentes, contextualizando o conteúdo estudado com a realidade conjuntural em relação com as políticas públicas e o contexto histórico e social brasileiro. Diante disso, trata-se de uma análise bibliográfica classificada como qualitativa, pois busca compreender uma realidade que não pode ser quantificada ou representada por meio de números.

Enquanto métodos de pesquisa, nos utilizamos a análise de conteúdo de acordo com Bardin, (2016), a qual passará pelo processo de estudo do conteúdo pesquisado, priorizando o conteúdo relevante para com o objetivo da pesquisa.

EXPANSÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA EM CONTRASTE COM O CRESCIMENTO DA MODALIDADE DO ENSINO SUPERIOR À DISTÂNCIA

O processo de globalização e o desenvolvimento desenfreado das tecnologias da informação advindas do neoliberalismo tem gerado fortes impacto no setor da educação superior. Com a crescente desse mercado, que se mostra lucrativo em termos econômicos, a educação tem se tornado mais um produto a ser comercializado pelos oligopólios (CARVALHO, 2013).

Há um crescimento notório de instituições privadas no campo da educação superior a distância EAD. Muitos são os aspectos apontados como vantagem para justificar a opção por cursos EAD como a redução do tempo de estudo, facilidade de acesso e sem dúvida os preços baixos das mensalidades e taxas de adesão.

Os estudos de Carvalho (2013), e Lopes; Vallina; Sassaki (2018), apontam o crescimento significativo de instituições EAD, bem como a maneira como a educação vem ganhando forma de produto que vem sendo barateado em custos e qualidade. Com isso, a educação vem perdendo sua identidade e moldando-se às exigências do mercado. Essa crise de identidade a qual a universidade brasileira tem passado tem afetado não apenas seu desempenho, mas também o cumprimento de sua função.

Como aponta Bechi (2011), o aceleramento dos cursos por vezes ocorre a custos de sacrifício das disciplinas teóricas cujo conteúdo é voltado para discussões relevantes a formação de

indivíduos críticos reflexivos, mantendo o foco em disciplinas práticas cujo objetivo é a formação para o trabalho, limitando-se ao aprendizado de um ofício.

O surgimento da EAD no Brasil ocorreu por volta de 1904, por meio de cursos por correspondência e só a partir de 1930, os cursos tomaram um caráter profissionalizante, passando a ser utilizada como forma de propagar o conhecimento, possibilitando seu acesso por pessoas que residiam em áreas mais isoladas (HERMIDA; BONFIM, 2006).

Essa modalidade se tornou popularmente conhecida com o uso das tecnologias de informação por meio dos telecursos, que consistiam em aulas sobre diversos conteúdos transmitidos pela televisão (HERMIDA; BONFIM, 2006). Nesse sentido, a EAD passou a ser utilizada como mecanismo para formação da força de trabalho de forma rápida e a baixos custos.

A EAD no Brasil foi normatizada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996. Com a reformulação da nova LDB o Estado abre possibilidades para a atuação de instituições com fins lucrativos ofertarem cursos em nível superior (BRASIL, 1996, p.16).

Com isso, surgem novas demandas no mercado e a profissionalização docente passa a ser uma necessidade para professores que possuíam apenas formação de nível médio. Com essa nova necessidade, no final da gestão de FHC, foi articulada a modalidade de Educação a Distância – EAD, com o objetivo de possibilitar uma formação em nível superior de maneira rápida, a baixos custos e que alcançasse o público em locais que não haviam Universidades físicas (HERMIDA; BONFIM, 2006).

Segundo Chaves et al, (2015), a política de expansão do ensino superior teve início no Brasil durante o período militar (1964-1985), favorecendo a ampliação da oferta de ensino no setor privado. Nesse estudo também é evidenciado que a política de privatização vem caminhado junto ao processo de expansão, seja por meio de financiamentos, bolsas de estudos ou isenções fiscais, é a participação do Estado na manutenção dessas instituições a forma mais evidente de privatização do ensino superior no Brasil.

Tomando Fonseca (1992), como referência, Chaves et al (2015), aponta que nesse período, ocorreram fortes mudanças no campo político e econômico do país. Consequente a estas mudanças, foi implementado um projeto de desenvolvimento baseado no capital externo. Para garantir a manutenção de tal projeto, foi definido um modelo educacional para a reprodução dessa dominação e controle social, garantindo a formação de mão de obra e barateando esse processo. Sendo assim, o Estado reduziu os investimentos ao passo que expande o ensino superior por meio do crescimento do setor privado.

No ano de 1964, o sistema era composto por 243 IES privados em comparação às 129 IES públicas. Em 1974, dez anos mais tarde, esse número passou para 645 IES privadas e 215 IES Públicas o que representa um percentual de 65,7% de IES públicas em comparação aos 165% de IES privadas. Levando em conta todo o período Militar, os dados evidenciam um crescimento de

127,7% do número de IES, sendo que destas, 84,5% foram de IES públicas enquanto que 150,6% foram no setor privado (CHAVES et al, 2015).

É evidente que a expansão não se resume ao número de IES, mas também ocorreu em relação a oferta de matrículas, pois no ano de 1964, dos 142.386 estudantes matriculados, 87.665 eram de IES públicas, representando 61,6% e 54.721 de IES privadas, representava 38,4%. Esse número foi se modificando durante o período militar e dez anos mais tarde do total de 937.593 matriculados, apenas 341.028 estavam no setor público enquanto os 596.565 ocupavam IES privadas (CHAVES et al, 2015).

De acordo com Bottoni, Sardano e Costa Filho (2018), esse cenário foi sofrendo modificações e durante a década de 1990, com os baixos investimentos do Estado, novamente a educação em nível superior foi atingida com a política de desmonte. Em 1996, houve uma crescente em relação ao número de matrículas no setor privado. Seguindo pela mudança na legislação que deu abertura para a atuação de instituições com fins lucrativos, que até o ano de 1997 era vedada.

Essa medida abriu possibilidades para a atuação de empresas estrangeiras e grupos educacionais nesse setor. “O atendimento da crescente demanda por acesso ao ensino superior passou a ser feito pelo ensino privado, que se organizou por meio de empresas educacionais” (LOPES; VALLINA; SASSAKI, 2018, p. 32).

Diante dessa realidade, percebemos que a educação tem se tornado um mercado altamente lucrativo, em consequência disso, o conhecimento tornou-se um produto a ser comercializado, produzido e reproduzido em série. Nesse sentido, o mercado da Educação a Distância destaca-se pela capacidade de propagação da oferta de cursos e vagas, tornando-se uma concorrente de peso no espaço corporativo da educação.

De acordo com (LOPES; VALLINA; SASSAKI, 2018), foi por volta de 1980, quando os principais incentivadores destas IES criaram a Associação Brasileira Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), objetivando a organização dos seguimentos e defesa de seus interesses junto ao poder público, promovendo a política privatista para o ensino superior.

Essa modalidade vem sofrendo transformações significativas, resultando em uma multiplicação de instituições privadas. Conforme Chaves et al (2015) “Como resultado desse processo de privatização intensa até 2012, somente 15,8% dos jovens com idade entre 18 a 24 anos conseguiram o acesso ao ensino superior”, por não possuírem condições financeiras para pagar pelo acesso a esse nível educacional.

Diante disso, compreendemos que a EAD, bem como as políticas de inserção dos alunos em IES privadas por meio de bolsas e financiamento atuam como forma de alcançar a massa trabalhadora que possui baixa renda. Sendo assim, essas medidas funcionam como política compensatória.

De acordo com o IBGE (2019), 88,2% das IES no Brasil são privadas. Em um total de 299 IES públicas para 2.238 IES privadas no país. Do percentual das IES públicas temos 42,8% são estaduais, 36,8% são federais e 20,4% são municipais (INEP, 2019).

Agapito (2016), aponta que a contrarreforma advinda da nova LDB resultou na redução de intervenção do Estado na Educação básica e abertura e flexibilização econômica para que o capital privado possa executar a política de educação básica e superior. Outro aspecto resultados por tal mudança vem a se a abertura para a criação de faculdades com fins lucrativos cujo único objetivo é o ensino.

A reformulação da lei foi apenas um passo para a legalização do que atualmente se tornou um monopólio. Constatamos o crescimento exponencial das IES privadas enquanto o Estado deixa de investir na criação de novas IES públicas, cria políticas e programas que financiam os alunos em IES privadas. Dessa forma o dinheiro público é aplicado no setor privado de maneira legalizada.

Essa política de incentivo tem impulsionado o mercado das instituições privadas que consequentemente possui a liderança em relação as vagas ofertadas. Como veremos no gráfico a seguir:

NÚMERO DE VAGAS OFERTADAS NOS CURSOS DE GRADUAÇÃO, POR TIPO DE VAGA E CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2018.

CATEGORIA ADMINISTRATIVA	VAGAS DE CURSOS DE GRADUAÇÃO			
	TOTAL GERAL DE VAGAS	VAGAS NOVAS OFERECIDAS	VAGAS DE PROGRAMAS ESPECIAIS	VAGAS REMANESCENTES
Total Geral	13.529.101	9.858.706	26.606	3.643.789
Pública	835.569	649.726	6.974	178.869
Federal	468.861	354.635	4.825	109.401
Estadual	267.720	214.629	1.520	51.571
Municipal	98.988	80.462	629	17.897
Privada	12.693.532	9.208.980	19.632	3.464.920

Fonte: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior, 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019.

Conforme os dados do INEP (2019), em 2018, foram oferecidas mais de 13,5 milhões de vagas em cursos de graduação, dessas vagas 72,9% são novas e 26,9% remanescentes. Em relação aos programas especiais, foram oferecidas mais de 26 mil vagas, dentre estes se destacam o Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). A rede pública teve uma participação de 6,2% no total de vagas oferecidas em cursos de nível superior em 2018, em contrapartida, a rede



privada ofertou 93,8% do total de vagas.

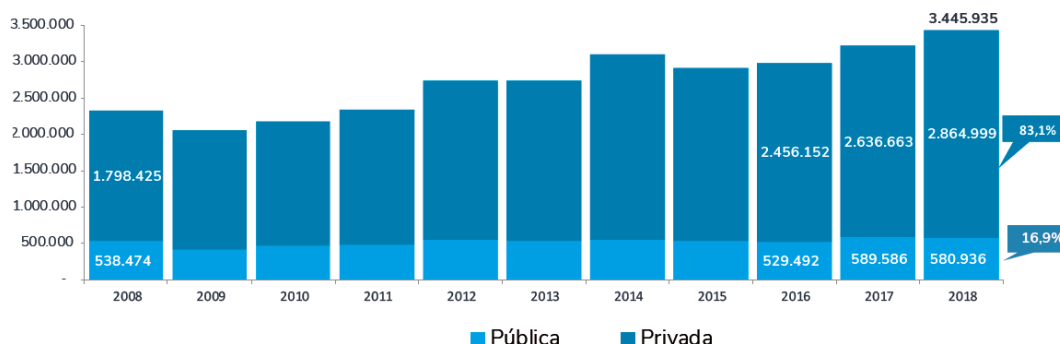
A disparidade entre o setor público e privado é notória. De acordo com Bortolanza (2017), o desafio está em sistematizar e unificar o sistema do ensino superior, uma vez que em sua maioria as instituições são privadas, o que reflete a dificuldade de uma oferta que possa atender com paridade de igualdade as demandas sociais.

Conforme dados do INEP citados acima, o Estado lança mão de programas de inserção. Grande parte desses programas objetivam a graduação de pessoas de baixa renda no ensino superior. De acordo com Agapito (2016, p.128), “as políticas sociais passam a ser “nichos” de lucro e rentabilidade do capital, dentre estas, destacam-se a políticas educacional, que vem sendo utilizada como meio de valorização do capital”.

Essa política de privatização do ensino superior público se materializa na participação do Estado para com a participação na manutenção do ensino privado, através dos subsídios estatais, sejam diretos ou indiretos (CHAVES, et al, 2015).

Para que possamos ter uma visão global a respeito do processo de expansão do ensino superior ante a privatização do mesmo, damos sequência com os dados do INEP a respeito da crescente de alunos ingressos nessa modalidade, com dados que vão de 2008 a 2018:

NÚMERO DE INGRESSOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO, POR CATEGORIA ADMINISTRATIVA – BRASIL – 2008-2018



Fonte: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior, 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019.

De acordo com os dados representados acima, em 2018, 3,4 milhões de alunos ingressaram em algum curso de graduação. Desse percentual, 83,1% foram matriculados em instituições privadas. Esse dado representa um crescimento de 6,8% em relação ao ano de 2017. Apesar do crescimento de 11,3% da quantidade de alunos ingressantes na rede pública, houve uma queda de 1,5% em 2018, devido à redução de 34.763 (55,8%) vagas na rede federal nos cursos à distância (INEP, 2019).

É possível notar não apenas o crescimento numeroso do setor privado, ao passo que o setor público apenas mantém o que já foi criado, sem fazer muitos investimentos para ampliar a oferta de IES públicas. De acordo com Chaves et al (2015), a política de privatização no Estado brasileiro

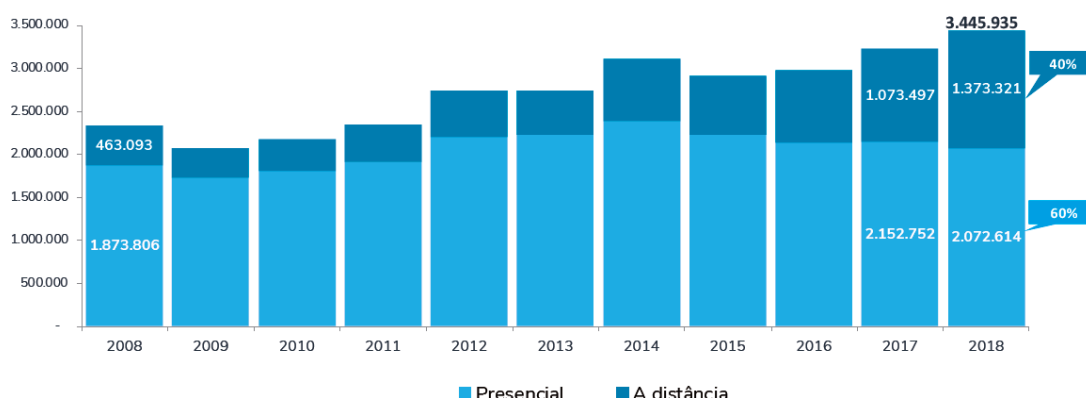
reflete a omissão do Estado em relação a expansão do setor público, criando mecanismos para a manutenção de reserva de mercado para o setor privado.

No ano de 2018, “o número de ingressos aumentou 8,7%. Em 2017, quando comparado com 2016, o aumento foi de 7,3%. No período compreendido entre 2008 e 2018, a rede privada cresceu 59,3%. A rede pública aumentou 7,9% no mesmo período” (INEP, 2019).

De acordo com Bottoni; Sardano e Costa Filho (2018), com a expansão do ensino, bem como as políticas de inserção do público de baixa renda, o Estado conseguiu reduzir as desigualdades, possibilitando a democratização do acesso ao ensino superior, porém essa medida não garantiu uma formação de qualidade uma vez que o modelo educacional ainda permanece elitizado.

Em relação ao acesso à educação superior e sua democratização, damos continuidade com o próximo gráfico, que evidencia esse processo por meio da modalidade da Educação à distância em contraste com a educação presencial durante os últimos dez anos.

NÚMERO DE INGRESSOS EM CURSOS DE GRADUAÇÃO, POR MODALIDADE DE ENSINO – BRASIL – 2008-2018.



Fonte: BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior, 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019.

O gráfico acima mostra o aumento no número de ingressantes em 2018. Esse aumento é justificado pela crescente em relação aos cursos ofertados na modalidade EAD, compensando a queda registrada nos cursos presenciais. Conforme Hermida e Bonfim (2006), quando se trata da EAD, há uma diversidade de cursos muito maior que os cursos ofertados de maneira presencial. Esse é apenas um dos aspectos que tornam essa modalidade de ensino mais atraente.

Não se pode negar que ao se tratar de variedade e opções de cursos a EAD se supera, uma vez que conta com o apoio das Tecnologias da Informação e Comunicação (TCIs), ao seu favor. Com o processo de globalização e a modernização dos recursos tecnológicos, bem como a facilidade em seu acesso, essa modalidade tem crescido, atendendo uma demanda muito maior.

Em relação a esse crescimento da EAD no Brasil, LAJOLO (2018), aponta fatores como responsáveis por essa crescente. O primeiro é a flexibilidade, pois o aluno faz seu próprio horário. Outro fator é a acessibilidade, pois o aluno que possui difícil acesso pode conseguir estudar.

A expansão dessa modalidade é evidente e esse processo vem ocorrendo de maneira muito rápida. Como foi visto anteriormente, as Universidades no Brasil tiveram início no período Joanino por volta de 1808, ao passo que a Modalidade da EAD como modalidade de ensino superior no Brasil teve início durante a Década de 1990 durante a gestão de FHC e se multiplicou fortemente durante a gestão do Lula e vem crescendo cada vez mais.

Com isso, fica claro que mesmo sendo uma modalidade nova, a EAD conseguiu superar as instituições de Ensino Superior (IES) presenciais em número, resta saber se a qualidade do ensino se equipara a uma formação presencial.

Diante do Exposto, compreendemos que a expansão do ensino superior vem ocorrendo sob aspectos relevantes, dos quais ressaltamos aqui as IES públicas em relação as IES privadas e a modalidade da EAD relacionada a educação presencial. Daremos continuidade com as discussões acerca da EAD enquanto modalidade de ensino superior no próximo tópico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, compreendemos que a educação vem passando por vários processos de evolução e retrocessos ao longo da história. Dentre estes, destacamos como avanço a facilidade de acesso ao ensino superior, bem como o aumento em quantidade de IES, no entanto, temos os retrocessos advindos da expansão das Universidades para atender as demandas sociais e sobretudo aos interesses do capital. Pode-se dizer que as IES aumentaram em números, porém tem perdido em termos de qualidade.

Com isso, o ensino superior tem sua condição de direito descaracterizada, tornando-se um serviço e como tal não é ofertado unicamente pelo Estado de forma gratuita, mas também por empresas, bancos e grupos financeiros. Com isso, a educação passa a ser comercializada e há uma redistribuição dos papéis, na qual professores passam a ser prestadores de serviços e os alunos passam a condição de clientes consumidores do produto comercializado que vem a ser o conhecimento.

A pesquisa contribuiu para compreender o interesse do Estado em sucatear o ensino público, uma vez que reduz a responsabilidade do Estado para com o cumprimento do direito ao acesso à educação. A afirmação do Estado-mínimo que realiza o mínimo de investimento em políticas que beneficiam diretamente as camadas populares e carentes da sociedade.

Ao abrir espaço para a participação de empresas na oferta da Educação Superior o Estado fortalece as políticas neoliberais, tornando a educação um nicho lucrativo no mercado. Essa também

é uma forma de injetar dinheiro público em instituições privadas por meio de bolsas, programas compensatórios e incentivos aos alunos para ingressarem nessas IES.

Como foi visto no texto acima, a EAD tem se expandido volumosamente nos últimos anos, ultrapassando em números de ofertas e IES as instituições privadas. Em relação as bolsas, programas e incentivos, essa modalidade não fica de fora, superando mais uma vez as IES presenciais. No entanto, essa modalidade não conseguiu superar as IES públicas em relação a qualidade, bem como a iniciativa de pesquisa e extensão, uma vez que se encontra uma grande carência nesse aspecto pela ausência da relação professor-aluno de maneira continua.

Apesar do valor das mensalidades serem os menores do mercado, a modalidade EAD é sem dúvidas a mais lucrativa no mercado ao qual se tornou a educação no Brasil. Com a redução de custos em relação aos funcionários, polos e materiais didáticos, os custos são reduzidos, porém a oferta tem sido cada vez mais expansiva o que aumenta os lucros de maneira significativa.

A educação tem sido utilizada como ferramenta de formação de uma massa reserva para o trabalho, bem como atender aos interesses da elite dominante. Todavia é preciso compreender que a educação é também o maior mecanismo de mudanças sociais, pois através dela se torna possível a conscientização e emancipação do sujeito enquanto ser social. É necessário que as mudanças sejam acompanhadas pela sociedade e está se faça presente nas toadas de decisões.

Na atual conjuntura, o país vem enfrentado desafios advindos de um governo que realiza mudanças priorizando os interesses do capital em detrimento dos direitos da sociedade. Nessa realidade, que paga a conta é a classe trabalhadora que permanece trabalhando arduamente ao passo que tem seus direitos reduzidos, bem como sua valorização perante a democracia brasileira.

REFERENCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo, Editora Almedina Brasil, ed. 70, 2016.

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: EXPANSÃO E MERCANTILIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE. In **Temporalis**, Brasília, 2016, Vol.16 n.32. Disponível em: [http://www.periodicos.ufes.br/?journal=temporalis&page=article&op=view&path\[\]=14064](http://www.periodicos.ufes.br/?journal=temporalis&page=article&op=view&path[]=14064). Acesso em: 20/09/2019.

BECHI, Diego. Mercantilização do Ensino Superior: os desafios da universidade diante do cenário Educacional. In **Acta Scientiarum Education**. Maringá, Vol.33, n.1, p.139-147, 2011. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/11580> Acesso em:10/09/2019.

BORTOLANZA, Juarez. TRAJETÓRIA DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO – UMA BUSCA DA ORIGEM ATÉ A ATUALIDADE. In **XVII COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA**. Novembro de 2017. Disponível em: acesso em: 25/09/2019.

BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. Uma Breve História da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. 2018, COLOMBO, Sonia Simões Org. In **Gestão Universitária**.

CARINHATO, P. H. NEOLIBERALISMO, REFORMA DO ESTADO: E POLÍTICAS SOCIAIS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS DO SÉCULO XX NO BRASIL. 2008. Disponível em: <http://www.bjis.unesp.br/revistas/index.php/aurora/article/view/1192/1060>. Acesso em: 02/01/2017

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. In **Revista Brasileira de Educação**. Vol.8, n.54, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782013000300013&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 22/09/2019.

CHAVES, Vera Lucia Jacob; AMARAL, Nelson Cardoso. A educação superior no Brasil: os desafios da expansão e do financiamento e comparações com outros países. In. **Revista Educação em Questão**. Natal, Vol.5, n.37, p.95-120, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7173> Acesso em: 20/10/2019.

HERMIDA, Jorge Fernando; BONFIM, Claudia Ramos de Souza. A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA: HISTÓRIA, CONCEPÇÕES E PERSPECTIVAS. In **Revista HISTEDBR**, Campinas, n. especial, p.166–181, ago 2006. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/art11_22e.pdf. Acesso em: 25/11/2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Superior 2018: notas estatísticas. Brasília, 2019. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/centso_superior/documentos/2019/centso_da_educacao_superior_2018-notas_estatisticas.pdf Acesso em: 25/11/2019.

LAJOLO, Mariana. EAD: 1,5 milhão estuda a distância no Brasil. In **Veja**. Publicado em 20 jul 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/educacao/ead-15-milhao-de-pessoas-estuda-a-distancia-no-brasil/> Acesso em: 25/10/2019.

LOPES, Maria Gracieleide Alberto; VALLINA, Kátia; SASSAKI, Yoshiko. A MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO CONTEXTO ATUAL: CONSIDERAÇÕES PARA O DEBATE. In **interfaces científicas**. 2018, Vol.6, n2p29-44. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/4249/2650> Acesso em: 14/10/2019.

SANTOS, Eduardo; VITAGLIANO, José Arnaldo. EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: DIREITO DO CIDADÃO OU SERVIÇO DO MERCADO?. In Revista @mbienteeducação. São Paulo: Universidade Cidade de São Paulo, V.12, n.º.3, p.355-394, set. de 2019. Disponível em: <http://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/download/786/709> Acesso em: 20/11/2019.

BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em 05/11/2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 03/11/2019.